

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.073 - SE (2018/0238843-7)

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
RECORRIDO : JOSE SILVIO ARAUJO MELO - ME
REPR. POR : JOSE SILVIO ARAUJO MELO
ADVOGADOS : EVÂNIO JOSÉ DE MOURA SANTOS E OUTRO(S) -
BA019306
LARISSA DORIA COSTA - SE008436

DECISÃO

O Ministério Público do Estado de Sergipe ajuizou ação civil pública contra José Silvio Araújo Melo, com o objetivo de responsabilizar o réu nas relativas ao funcionamento de seu empreendimento - Restaurante Recanto da Comida Caseira do Sílvia -, em total desconformidade com as normas ambientais e urbanísticas vigentes.

Foram reunidas mais duas ações envolvendo a mesma questão.

A ação civil foi julgada improcedente (fls. 1.049-1.089), e as outras duas ações ajuizadas pelo particular, que discutiam os atos administrativos instaurados para apuração dos fatos relacionados ao seu empreendimento, foram acolhidas.

O Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, em grau recursal, manteve o *decisum*, nos termos assim ementados (fl. 1.198):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - AUSÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO REGULARMENTE INSTAURADO PELA ADEMA - AUSÊNCIA DE PROVAS SOBRE UMA POSSÍVEL POLUIÇÃO EM RAZÃO DO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DO APELADO - EXISTÊNCIA DE AÇÃO ANULATÓRIA PROPOSTA PELO RECORRIDO E JULGADA PROCEDENTE - COISA JULGADA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA IMPROVIMENTO DO APELO - DECISÃO POR MAIORIA.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 1.244-1.251).

O Ministério Público Estadual interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, alegando violação dos arts. 166, 167, 168 e 169, do Código Civil e do art. 10 da Lei n. 6.938/81, pois o recorrido desnaturou totalmente o quiosque para o qual teria recebido permissão de funcionamento, estendendo-se por área considerável, perpetrando inúmeras irregularidades, devidamente constatadas pela EMSURB em procedimento administrativo.

Superior Tribunal de Justiça

Também alega que o recorrido exerce atividade potencialmente poluidora sem a devida licença ambiental, irregularidade que vem sendo constatada há mais de 4 anos.

Contrarrazões ofertadas (fls. 1.283-1.306).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso especial (fls. 1.330-1.333).

É o relatório.

Sobre a alegada violação do referidos dispositivos de lei federal, verifica-se que o acórdão recorrido não analisou seus conteúdos, a despeito da oposição dos embargos de declaração, não tendo o recorrente suscitado, em suas razões especiais, afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, pelo que carece o recurso do indispensável requisito do prequestionamento, ensejando a incidência do enunciado sumular n. 282/STF.

Ainda que se pudesse ultrapassar tal óbice, ressalta-se que a controvérsia foi analisada de forma conjunta, no âmbito dos 3 (três) processos, porquanto evidentemente relacionados, tendo o Tribunal *a quo* assim dirimido o feito:

Conforme acima relatado, o requerido foi autuado por meio do Auto de Infração nº68/07, lavrado pela ADEMA, em razão de suposta emissão de fumaça sem controle ambiental, bem como pela ausência de licenciamento ambiental.

Contudo, a ADEMA não apurou as supostas infrações ambientais por meio da regular instauração de procedimento administrativo, conforme determinação da Resolução 07/1997 do Conselho Estadual de Controle do Meio Ambiente, in verbis:

"Art.7º. As infrações serão apuradas pela ADEMA mediante abertura do competente processo administrativo, contendo em ordem lógica e sequencial todos os documentos relativos à infração apurada.

Parágrafo único. Para efeito da formalização do processo administrativo, o Auto de Advertência deverá ser acompanhado do relatório de fiscalização com as especificações previstas no artigo 9º desta resolução."

Não fosse o bastante, a suposta emissão de fumaça não foi apurada corretamente no Relatório de Fiscalização Ambiental nº263/2011-GEFIS, em desconformidade com os níveis estabelecidos na Resolução nº03/90 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, segundo a qual, somente pode ser comprovada a poluição do ar, realizando-se perícia específica em que sejam utilizados os padrões de qualidade do ar, observando-se as concentrações de poluentes atmosféricos capazes de causar danos à saúde da população, flora, fauna e meio ambiente em geral.

Assim, conforme bem pontuado na sentença, restou demonstrado que, além da ADEMA não ter instaurado o devido procedimento administrativo, a fim de oportunizar o contraditório e a ampla defesa, deixou de realizar exame pericial no estabelecimento do requerido, não comprovando

Superior Tribunal de Justiça

a alegada emissão de poluentes atmosféricos em desacordo com os níveis exigidos pelo CONAMA.

Ora, a realização da perícia ambiental por expert detentor de conhecimento especializado, era imprescindível para aferir eventual dano e a sua extensão, de modo que a prova trazida pelo Ministério Público informa apenas que a atividade exercida pelo requerido é potencialmente poluidora, não demonstrando a efetiva poluição atmosférica.

Frise-se, ainda, que foi intentada Ação Penal Pública Incondicionada contra o ora requerente, em virtude da ausência de licença para funcionamento e do funcionamento sem o devido sistema de controle de poluentes, que foi julgada improcedente, tendo sido absolvido sumariamente o sr. José Silvio Araújo Melo, por entender o I. Julgador que não houve lesão concreta ao meio ambiente, não houve poluição potencialmente lesiva à ponto de gerar os resultados jurídicos que a norma penal descreve, quais sejam, danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou destruição significativa da flora.

Importa salientar que o requerido demonstrou a regularidade do funcionamento do estabelecimento há 24 (vinte e quatro) anos, a valorização que o mesmo proporcionou à região e que a sua demolição, além de causar sério prejuízo ao demandado, desempregará 47 (quarenta e sete) funcionários.

Infere-se, ainda, dos autos, bem como da petição acostada em 06.09.2016, que a discussão acerca da regularidade da ocupação de espaço público fora travada no processo nº201011200602, em apenso, que foi julgado procedente, não havendo interposição de qualquer recurso.

[...]

Ademais, consoante Certidão expedida pelo Diretor de Espaço Público e Abastecimento da EMSURB em 02 de setembro de 2016, o recorrido recolhe mensalmente taxa de ocupação de espaço público em razão da utilização de 205 metros, estando com as obrigações tributárias em dia.

Nesse panorama, verifica-se que a irresignação do recorrente acerca das supostas irregularidades do referido estabelecimento, além de demandarem debate relacionado com as outras ações, vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu, basicamente, que: não teria havido a devida apuração por meio administrativo apropriado, nem perícia adequada, e houve demonstração da regularidade do estabelecimento.

Assim, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, §4º, I, do RI/STJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 11 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

